

A OFERTA E A DEMANDA DE EJA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Alessandra Fonseca Farias (UNESP)

Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti (UNESP)

Políticas e gestão educacional

CNPq

Resumo:

Diante do desafio de compreender as especificidades da diversidade da EJA e da efetivação das políticas públicas, iniciamos nossa pesquisa no município de Presidente Prudente-SP, tendo como objetivo inicial identificar dentre os dados do Programa Nacional “Bolsa Família” onde está concentrada a maior parte da população com escolaridade até a 4ª Série incompleta do Ensino Fundamental. Mapeamos a localização das famílias beneficiárias do Programa que tem uma pessoa analfabeta ou de escolaridade até a 4ª Série incompleta, bem como as escolas municipais que atendem a EJA de ciclo 1, para comparar a demanda da população com a oferta de tal modalidade de ensino neste município.

Palavras chave: EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Analfabetismo, Escolarização.

1. Introdução

Identificamos os sujeitos de baixa escolaridade e renda do Município de Presidente Prudente-SP que, por algum motivo, foram excluídos do sistema regular de ensino e não tiveram chance de concluir seus estudos, sendo assim excluídos também da sociedade, pois o analfabeto é incessantemente oprimido em tarefas simples do dia-a-dia. Como coloca FREIRE (1978),

(...) o oprimido é aquele que tem sua humanidade diminuída pelos opressores, e ter a humanidade diminuída implica em se reconhecer inacabado, inconcluso, reconhecendo assim sua desumanização. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação, que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade - a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, que os inscreve num permanente movimento de busca. (FREIRE, 1978, p.32)

A priori, nosso principal objetivo era identificar dentre os dados do Programa Nacional “Bolsa Família” em que zonas da cidade está

concentrada a maior parte da população com baixa escolaridade, até a 4ª Série. Foram mais de 1.500 fichas categorizadas com dados referentes ao sexo, idade, nível de escolaridade, e bairro dos sujeitos. Em seguida, contruímos gráficos e tabelas para auxiliar as análises, e mapeamos esta população para localizá-los no mapa do município.

Nessa perspectiva, buscamos na Secretaria de Educação da cidade – Seduc, a informação de quantas escolas e quantas salas de EJA o município possui. Apresentaremos, pois, neste trabalho a comparação da demanda e oferta de Educação de Pessoas Jovens e Adultas residentes na capital da alta sorocabana, a fim de verificar se as políticas públicas desta modalidade de ensino tem sido efetivadas.

2. Fundamentação Teórica

A educação de adultos compreende todo e qualquer tipo de educação destinada às pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, onde através de um processo de aprendizagem, formal ou não, possibilita que essas pessoas enriqueçam os seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais e técnicas (OLIVEIRA, 2006). No inciso VII do Artigo 4ª da LDBEN/96 está disposto: a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola".

Nesta perspectiva, Arroyo (2005) contribui afirmando que “A visão reducionista com que, por décadas, foram olhando os alunos de EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam.” (ARROYO, 2005, p. 21)

Por isso, a estrutura do sistema educacional brasileiro implica em articulações para desenvolver a EJA, pois, tendo políticas públicas voltadas a esta modalidade de educação garantidas pela LDBEN/96, o diálogo e a capacitação com os sistemas estaduais e municipais de educação para a oferta com qualidade da EJA são fundamentais, tendo em vista sua enorme demanda que se estende por todo o país. Além disso, entendemos

que a constituição histórica da EJA no Brasil pressupõe também considerar em todos os seus processos político-educativos.

Quando falamos em sujeitos da EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, estamos falando em homens e mulheres maiores de 15 anos sujeitos de toda a diversidade étnica-religiosa-sexual-política brasileira e sujeitos a toda desigualdade social existente nesse país. “Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA é extremamente necessário” (SECAD, 2009). Por isso se faz necessário conhecer os sujeitos diante de toda diversidade que a vida apresenta.

A história do analfabetismo no Brasil é marcada substancialmente por exclusões, que discriminam todas as pessoas, culturas, etnias, credos, sexualidades, comportamentos sociais que fogem ao padrão elitista brasileiro (FREIRE, 1989). Nesse sentido,

A ideologia dominante precisa de mecanismos que a sustentem dentro da política educacional que a reproduz, daí, no Brasil, ter feito uso na legislação escolar de mecanismos de centralização (...) que favorecem, se não determinam, uma educação interdutora discriminatória e elitista que se relaciona com o modo de produção escravista, e mesmo capitalista, e que, por sua vez, se traduzem no alto índice de analfabetismo do nosso povo. (FREIRE, 1989, p. 226)

Em seu livro *Analfabetismo no Brasil*, Freire (1989) relaciona a ideologia da interdição do corpo do período jesuítico com toda a história excludente da educação nacional; tal ideologia era aplicada principalmente às mulheres, aos índios e aos negros, proibindo-lhes, por motivos diferentes, a presença física nos ambientes que lhes facilitassem a aquisição do saber.

Repassada através dos tempos, tal ideologia foi capaz, entre nós, de sobreviver, modernizando-se diante dos avanços no modo de produção até o fim do período em estudo, perpetuando-se através do Positivismo, do Liberalismo e mesmo do Nacionalismo nascente nas relações sociais de produção, assim como na estrutura escolar e em seu funcionamento. (FREIRE, 1989, p. 225)

Por isso, quando falamos em sujeitos da EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, estamos falando em homens e mulheres maiores de 15 anos sujeitos de toda a diversidade étnica-religiosa-sexual-política brasileira e sujeitos a toda desigualdade social existente nesse país. Pessoas que tem seu direito à educação garantido desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 26^a:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. ¹

O direito à educação é abordado também pela Convenção Relativa à Luta contra a discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que o Brasil subscreveu em 1990 (UNESCO, 2008). A Constituição Federal de 1988, legislação nacional que garante a educação gratuita pelo poder público, reconheceu os direitos das pessoas jovens e adultas ao ensino fundamental:

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996) [...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; ²

E em 1996, as pessoas jovens e adultas encontram seu direito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional Nº 9.394 – LDBEN/96, enquanto modalidade de educação básica, apropriada às necessidades e condições peculiares desse grupo (UNESCO, 2008):

TÍTULO III: DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...]

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

TÍTULO V: DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO II: Da Educação Básica

Seção V: Da Educação de Jovens e Adultos

Art. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. ³

Para Ribeiro (1999), o domínio das habilidades de compreensão de textos escritos vão além da possibilidade de acessar esses textos, integrando assim padrões de comportamento e valores mais amplos.

Por isso a autora desenvolve em seu livro *Alfabetismo e Atitudes*, à luz de Infante (1994a), a hipótese de que o analfabetismo funcional está relacionado não apenas com a capacidade de ler e escrever, mas com a possibilidade de o sujeito utilizar tais habilidades para o seu próprio desenvolvimento e de sua comunidade:

Considerando que el analfabeto funcional es aquel que no puede insertarse creativamente en el trabajo y en su médio, convendría determinar qué características de tipo actudinal se relacionam especialmente con esta situación. [...] En especial, se ve conveniente estudiar las competencias en el ámbito de la comunicación, del trabajo em equipo, de la posibilidad de alternativas, las que ayudan a una mejor ubicación en el campo laboral y a una mayor participación social. (Infante 1994^a, p.34 *ibid* Ribeiro, 1999, p.15)

Nesta perspectiva vários estudiosos como Goody e Watt (1968), Goody (1986), Walter Ong (1993), Bakhtin (1990) desenvolveram essa abordagem do alfabetismo, “visando desvendar relações entre a aquisição e o uso da escrita com mudanças no plano da cultura, da organização social e do funcionamento cognitivo dos indivíduos” (RIBEIRO, 1999, p. 25). Ainda segundo esta autora, o alfabetismo não pode ser compreendido somente enquanto nível de habilidade de leitura, “mas como um fenômeno complexo, envolvendo tanto habilidades de natureza cognitiva quanto atitudes ante os usos da linguagem escrita influenciadas por práticas e padrões culturais mais amplos” (RIBEIRO, 1999, p.123).

Como esta iniciação científica pesquisa o sujeito analfabeto, procuraremos definir o conceito de pessoa alfabetizada. Para isto, utilizaremos a fala de Furlanetti (2009) que, de acordo com seu embasamento, diz que:

Inicialmente podemos declarar que não alfabetizado é aquela pessoa que não sabe ler e escrever. Mas temos tido muitas discussões acerca desse conceito e temos muitas formas de determinar quando uma pessoa é alfabetizada. Em muitos países adiantados econômica e tecnologicamente, o conceito de que uma pessoa alfabetizada é ser capaz de assimilar instruções escritas de caráter técnico, responder questionários com certa complexidade ou ainda que seja capaz de compreender um breve e simples relato escrito de sua vida cotidiana. (FURLANETTI, 2009, p.15)

3. O Programa Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda, que

beneficia mais de 12 milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Este Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome e à pobreza.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Para receber o benefício, a família deve possuir renda familiar de até R\$ 140 por pessoa, são levadas em consideração a renda mensal per capita da família e também o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Bolsa Família dispõe de benefícios financeiros, definidos pela Lei 10.836/04, que são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242.

Só famílias cadastradas no Cadastro Único podem ser beneficiadas - O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

Um dos eixos de atuação do Bolsa Família é a articulação de ações que promovem às famílias beneficiárias oportunidades e condições para superar a pobreza de forma sustentável. Abrange diferentes áreas como educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar

a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

Em Presidente Prudente-SP, 5.512 famílias são beneficiadas pelo Bolsa Família, tendo o repasse mensal de verba de R\$ 488.709,00. A estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família é de 4.662, ou seja, cobertura de 118,23% (Pnad 2006). Já entre a estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único a cobertura é de 47,00% para um total de 11.728 famílias (Pnad 2006).

4. Justificativa

Trabalhando com os sujeitos da EPJA – Educação de Pessoas Jovens e Adultos, identificamos onde estão localizados os analfabetos e pessoas com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental de Presidente Prudente, beneficiárias do Programa Nacional Bolsa Família no ano de 2009. As análises destes dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social da cidade mostraram que existem bolsões de analfabetismo.

Por isso, buscamos com a Secretaria de Educação de Presidente Prudente dados referentes à oferta de EJA, para que fosse possível comparar com nossa principal fonte de dados.

3. Metodologia

Encontramos na pesquisa qualitativa as bases para nossa metodologia da pesquisa-ação; através da pesquisa-ação conheceremos os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos quanto ao seu gênero, etnia, naturalidade, função social, ocupação, nível de escolaridade, enfim, quanto ao seu papel frente à sociedade, que camufla seus direitos de cidadãos nos deveres exaustivos do cotidiano e os exclui do universo letrado e informatizado. A pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos (FRANCO, 2005).

4. Apresentação dos dados

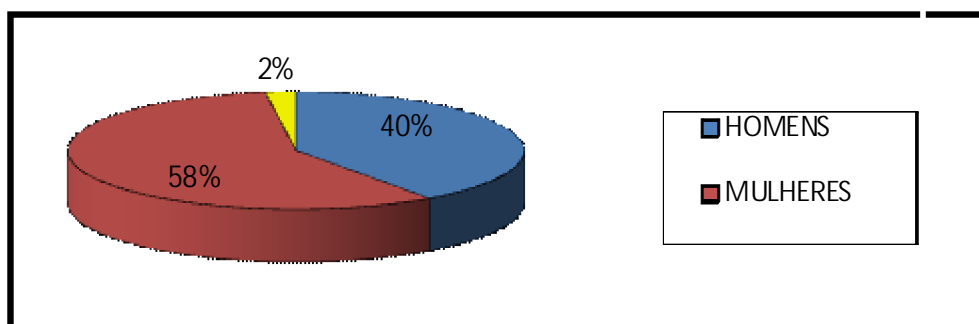
Compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender é extremamente necessário. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a

necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada grupo ou pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação (SECAD, 2009).

Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. (SECAD, 2008, p.14)

Formulamos alguns gráficos e tabelas a partir da análise do levantamento dentre os dados do Programa “Bolsa Família” 2009 de Presidente Prudente-SP feita no decorrer desta pesquisa que serão apresentados a seguir:

Gráfico 1: “Sexo dos sujeitos de baixa escolaridade e renda com escolaridade até 4ª série de Pres. Prudente-SP”



* Sexo indefinido, pois não conseguimos identificar o sexo da pessoa pelo seu nome, já que esta informação não constava nas fichas.

Gráfico 2: “Frequência de idade das pessoas de baixa escolaridade e renda com escolaridade até 4ª série de Pres. Prudente-SP”

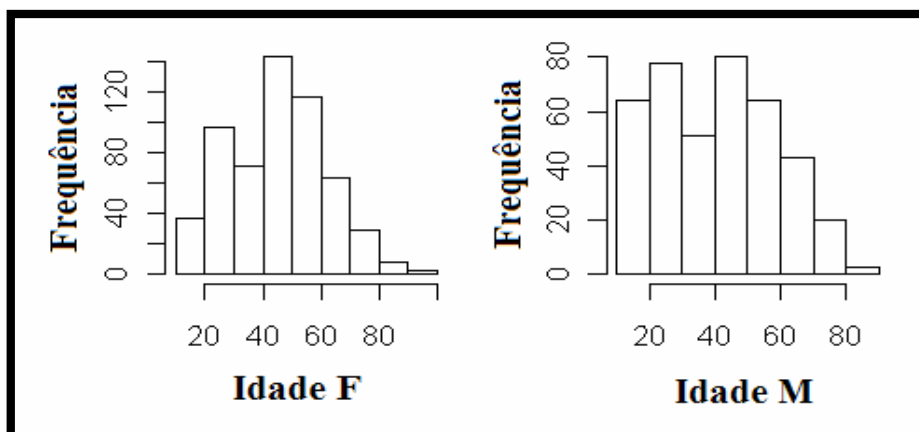


Tabela 1: “Análise da categoria ‘Homens’”

IDADE	ANALFABETOS	ATÉ 4ª SÉRIE
15 a 30 anos	24	109
31 a 60 anos	40	140
Mais de 60 anos	33	44
TOTAL	97	293

Tabela 2: “Análise da categoria ‘Mulheres’”

IDADE	ANALFABETOS	ATÉ 4ª SÉRIE
15 a 30 anos	32	98
31 a 60 anos	64	246
Mais de 60 anos	74	47
TOTAL	170	391

Gráfico 3: “Comparação Analfabetismo entre Homem e Mulher”

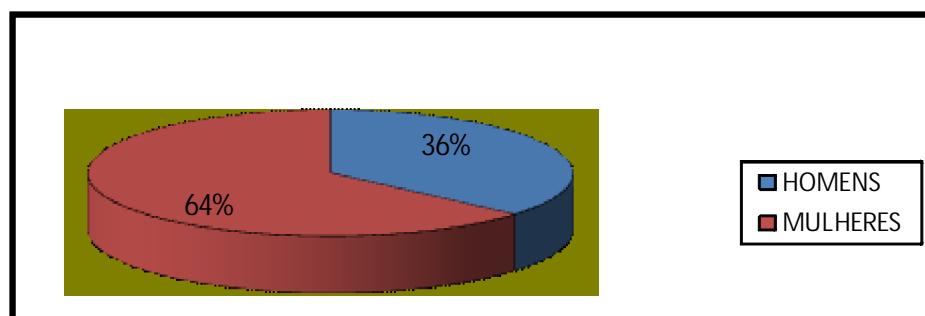


Gráfico 4: Comparação entre Homem e Mulher com escolaridade até 4ª série

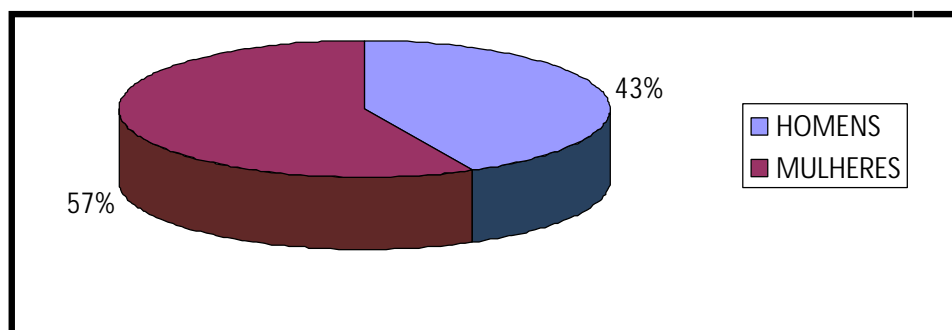


Tabela 3: “Bairros que contemplam mais de 30 sujeitos analfabetos e de escolaridade até 4ª série”

BAIRRO	TOTAL
Humberto Salvador	122
Brasil Novo	55
Vila Líder	45
Morada do Sol	44
Jardim Eldorado	37
Jardim Cambuci	36
Parque Alexandrina	34
Jardim Santa Mônica	33

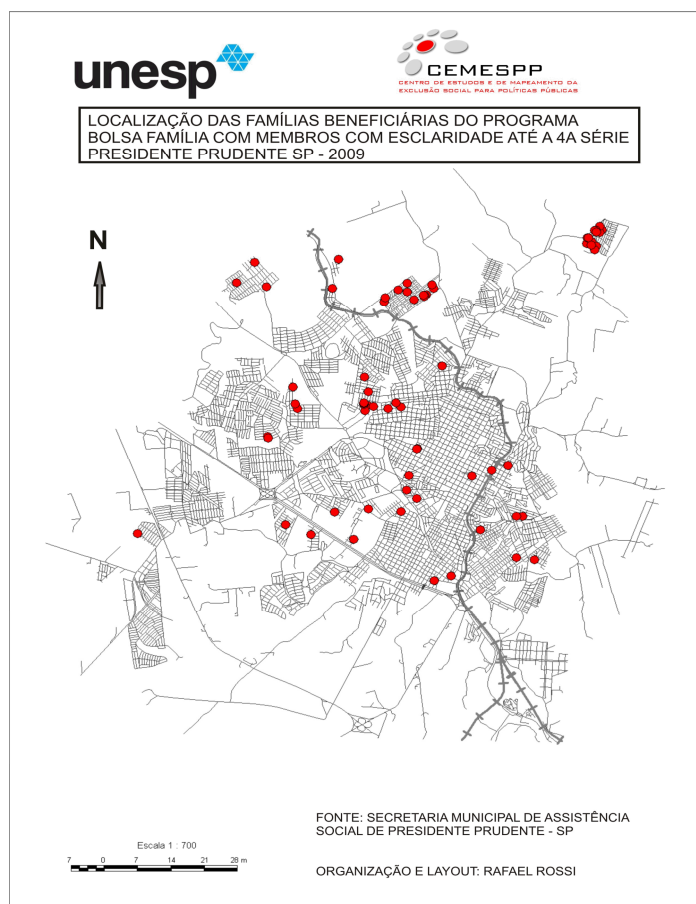
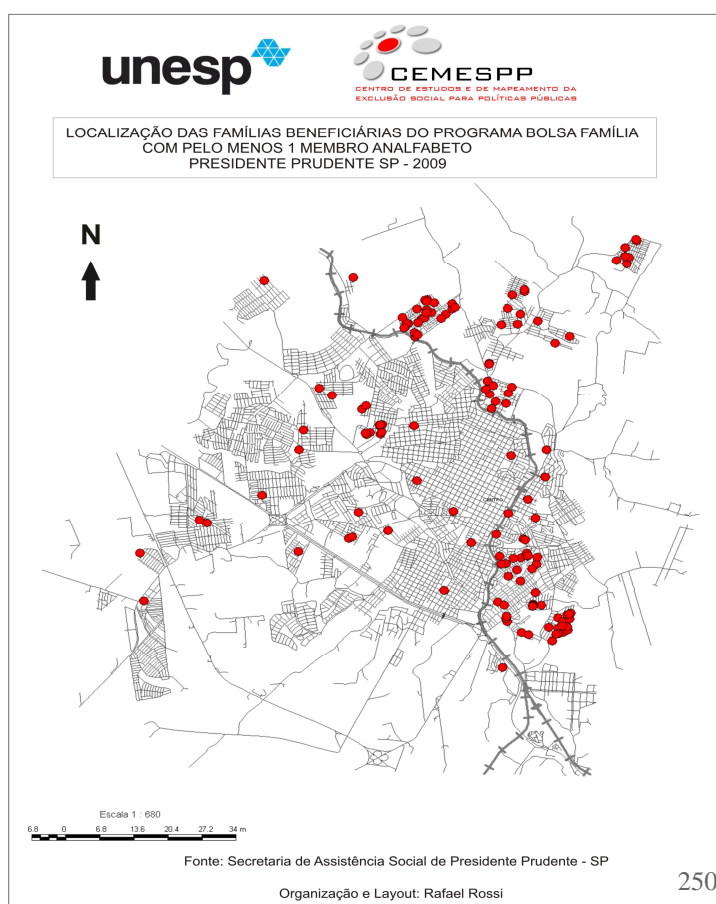
De um total de 1.500 fichas do Programa “Bolsa Família” que categorizamos e pelos gráficos e tabelas que constituímos a partir dos dados, podemos fazer algumas análises:

- Ao todo são 971 sujeitos, onde 561 são do sexo feminino, 390 do sexo masculino e 21 de sexo indefinido; (Ver Gráfico 1).
- Predominam as mulheres com idade entre 40 e 60 de até a 4ª série do Ensino Fundamental; (Ver Gráfico 2).

- De um total de 390 homens, a maior concentração de homens analfabetos e de até a 4ª série está na idade entre 31 e 60 anos; (Ver Tabela 1)
- De um total de 561 mulheres, a maior parte das mulheres analfabetas está na faixa de idade de maiores de 60 anos ; (Ver Tabela 2).
- Já as mulheres com escolaridade até 4ª série estão na faixa de 31 a 60 anos; (Ver Tabela 2).
- É predominante o número de mulheres analfabetas se comparado ao número de homens analfabetos; (Ver Gráfico 3).
- Também é superior o número de mulheres de até a 4ª série em relação a quantidade de homens; (Ver Gráfico 4).
- Oito bairros apresentam mais de 30 sujeitos entre analfabetos e de até a 4ª série; (Ver Tabela 3).

5. Considerações parciais

Em Presidente Prudente-SP existem bolsões de analfabetismo, sendo que estes não se concentram em toda a periferia, mas sim em alguns bairros periféricos, que por sua vez, tem alto nível de pobreza e, conseqüentemente, baixo nível de escolarização. Podemos observar nos mapas a seguir onde estão as pessoas de baixa escolaridade e renda no município de Presidente Prudente-SP:



A Secretaria de Educação da cidade nos informou que, atualmente, 271 pessoas são atendidas nas salas de EJA do município, espalhadas por 10 bairros da cidade. Ao todo são 13 salas de aula para jovens e adultos que estão no I ciclo do Ensino Fundamental.

Cruzando os dados de demanda de EJA, ao todo 972 beneficiários do Bolsa Família, com os dados da oferta da EJA, 13 salas que atendem 271 pessoas segundo a Seduc, fica visível que há muito mais demanda do que oferta de educação para pessoas maiores de 15 anos com escolaridade inferior à 4ª série do Ensino Fundamental em Presidente Prudente-SP.

6. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel González. Educação como Exercício de Diversidade. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 19-50.

FRANCO, Maria Amélia S. **Pedagogia da Pesquisa-ação**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Editora Unesp, 2000.

FURLANETTI, Maria P. F. R. **Formação de Professores Alfabetizadores de adulto: o Educador Popular**. Tese de Doutorado. UNESP. Marília, 2001.

_____. **Compartilhando Experiências: Dialogando com a Prática da Alfabetização**. Bauru, SP: Canal6, 2009.

SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**, 2008.

OLIVEIRA, Marta K. Educação como Exercício de Diversidade. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 61-83.

¹ Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

³ As Diretrizes foram estabelecidas em 2000 no Parecer 11 da Câmara de educação Básica (CEB) do CNE, relatado pelo Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm